



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

55ª edição / Maio de 2025

ENTRAM EM CAMPO OS/AS 500 AGENTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

No dia 20 de maio acontece a 1ª Plenária Virtual já com os/as 500 agentes selecionados/as para fazer parte do Programa de Formação Paul Singer de Agentes em Economia Popular e Solidária. O Programa de Formação Paul Singer é uma iniciativa do MTE, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em parceria com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro). A estratégia de formação e distribuição de agentes em Economia Popular e Solidária em todo o território brasileiro está articulada à Política Nacional de Participação Social em Educação Popular nos Territórios, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que prevê a formação e a atuação de agentes a partir de programas de vários ministérios, além do MTE.

Após a primeira atividade com todos e todas agentes, outros encontros virtuais regionalizados acontecerão entre os dias 22/05 e 13/06, e cursos presenciais de



formação entre 16/06 a 04/07, divididos em quatro grandes grupos com três turmas, representando os estados e o DF.

Conforme o edital, as pessoas selecionadas para agir enquanto agentes, atuarão em dupla nos 26 estados e no Distrito Federal para realizar atividades como articular e atuar na implementação e monitoramento de políticas públicas municipais e estaduais, de economia popular e solidária, com promoção da participação popular; contribuir com a realização de Conferências de Economia Solidária como espaços de incidência política e de participação popular e participar de atividades que tratam de

políticas públicas afins; mapear iniciativas de economia popular e solidária e redes de cooperação solidária no seu território e orientar sobre o registro dessas iniciativas no CADSOL; organizar momentos para estudos, pesquisas e sistematizações de experiências de EPS e Saúde do Trabalho e Inovação Social como parte do tempo-trabalho.

O processo seletivo foi bastante concorrido, com 9.703 candidatos inscritos, dos quais 8.734 tiveram suas inscrições validadas, e 3.791 foram habilitados, correspondendo a 43,4% do total de inscritos. O edital, para escolher 500 bolsistas como agentes territoriais de Economia Popular e Solidária, foi publicado dia 10 de dezembro de 2024. No dia 17 de fevereiro a direção da Fundacentro e da Senaes realizaram a abertura dos trabalhos da Comissão de Seleção e Avaliação, com a instalação da banca avaliadora composta por 74 educadores e especialistas que disseram sim à tarefa de contribuir para a reconstrução do país por meio da ampliação da política pública da Economia Popular e Solidária.

Esse é o quarto processo seletivo de bolsistas dentro do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a Senaes e a Fundacentro, parte do projeto "Trabalho Digno, Justo, Saudável, Seguro e Solidário".

TV ATITUDE POPULAR:

No dia 19 de maio, a coordenadora do Programa Paul Singer, Mundinha Oliveira, e o Diretor de Projetos da Senaes/MTE, Sérgio Godoy, participaram do Programa Bancos da Democracia, da TV Atitude Popular, para falar sobre o Programa de Formação Paul Singer enquanto estratégia de construção da Política Nacional de Economia Solidária. A Senaes tem apostado na formação dos e das agentes como uma das suas principais ações para

potencializar, fortalecer os espaços de participação social e ampliar a capilaridade da Economia Popular e Solidária nos territórios.

Na ocasião, Sérgio Godoy explicou que o processo de mobilização social é prioridade do Ministério do Trabalho, que após o desmonte provocado pela última gestão do governo federal, que desmantelou o MTE e o transformou em uma secretaria e, consequentemente, interrompeu com ações da Senaes, teve sua capacidade orçamentária reduzida e, diante disso, a educação popular foi um método utilizado, desde o início, para reconstrução das políticas públicas de Economia Popular e Solidária: "é nisso que a gente aposta, num eixo de participação social, ou seja, no diálogo com a sociedade em reconstruir as agendas em conjunto com a sociedade porque durante esse período conturbado para as políticas públicas".

Outro ponto destacado pelo diretor refere-se às ações de fomento à Economia Popular e Solidária, especialmente com a aprovação da Lei 15.068/24 (Lei Paul Singer de Economia Popular e Solidária), que estabelece a Política Nacional de Economia Popular e Solidária e traz um objetivo a mais que soma, na verdade, com tudo que o professor Paul Singer estava se propondo, que é a construção deste sistema. "Então dá para dizer, em síntese, que por meio da educação popular, ou seja, a educação popular é um método de mobilização e organização, com o foco da política a partir do território, da realidade local que aqueles sujeitos estão enfrentando, um território desconstruído pelo neoliberalismo.

Em sua fala, Raimunda (Mundinha) Oliveira, coordenadora do Programa, destacou que o Paul Singer está sendo desenvolvido em parceria com a Fundacentro, também ligada ao Ministério do Trabalho, que atua muito diretamente na Saúde e Segurança do Trabalho (SST), “que recoloca muito fortemente no centro da reflexão esse tema de SST, entendendo que essa discussão de Economia Popular e Solidária tem a ver com as questões do cuidado, da produção do alimento, da forma como os empreendimentos se organizam para desenvolver as suas ações e as relações com as pessoas, em como os sujeitos se protegem, cuidam e promovem a Economia Popular e Solidária”.

Mundinha ressaltou, ainda, sobre a construção de um novo modo de vida e em outra forma de organização da sociedade por meio do trabalho, “esse centro conjuga a referência da Educação com a Economia Popular e Solidária, então é bem difícil separar a economia popular e solidária de educação popular,

que são bastante próximas em função da perspectiva que ambas discutem, formulam e projetam o questionamento da exclusão, para a construção de uma sociedade que dá visibilidade e reconhece. Então o processo de formação no programa Paul Singer lança a mão dessas frentes e entende, especialmente, que educação popular e economia solidária é pensar um processo de formação que leve em consideração, ou que se sustente através dessas duas grandes frentes”. Mundinha lembrou, também, da importância da regulamentação da Lei Paul Singer (15.068/24) e a participação social deste processo para que a Política Nacional de Economia Popular e Solidária esteja consolidada.

Assista ao programa no canal do YouTube em: Clique na imagem abaixo.



ACRE RECEBE 1º SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PAUL SINGER DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA



Foto: Marcos Rocha/Sete

Com objetivo de fomentar a economia solidária local e informar sobre a Lei Federal nº 15.068/2024, que estabelece a Política Nacional de Economia Solidária, Rio Branco sediará o 1º Seminário do Programa de Formação Paul Singer de Economia Popular e Solidária no dia 27 de maio. A iniciativa é do governo do Acre, por meio da Secretaria de Turismo e Empreendedorismo (Sete), em parceria com o Sebrae, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o governo federal e a Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre (Acisa).

Ao fim do seminário será estabelecida a Comissão Especial de Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). O conselho irá oferecer um direcionamento dos cadastros na plataforma e validar o empreendimento como sendo de economia solidária.

Com informações do site da Agência Acre:

Acre recebe 1º Seminário do Programa de Formação Paul Singer de Economia Popular e Solidária

Com objetivo de fomentar a economia solidária local e informar sobre a Lei Federal nº 15.068/2024, que estabelece a Política Nacional de Economia

BOLSA FAMÍLIA PODE SER PAGO POR MEIO DE BANCOS COMUNITÁRIOS

O Governo Federal analisa uma nova forma de pagamento do programa Bolsa Família e outros benefícios sociais por meio dos bancos comunitários, instituições financeiras de base solidária que operam com moedas sociais e promovem o desenvolvimento da economia local. A proposta está sendo debatida entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão dos repasses do Bolsa Família, que movimenta cerca de R\$ 170 bilhões por ano. O objetivo é descentralizar os pagamentos e fortalecer as economias dos municípios mais pobres, principalmente no Nordeste e no Norte do Brasil.

A informação foi divulgada dia 09 de maio, durante o Festival de Economia Popular e Solidária do Nordeste, realizado no Centro de Convenções de Salvador, pelo diretor de Parcerias e Fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Fernando Zamban. "Estamos discutindo internamente com a Caixa Econômica e o MDS, a estrutura de pagamento de benefícios sociais por meio dos bancos comunitários", disse Zamban, sem entrar em detalhes, mas confirmado que o diálogo está avançado.

O que são bancos comunitários?

Os bancos comunitários são instituições sem fins lucrativos, criadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de promover o acesso a crédito, fomentar o consumo local e impulsionar a geração de renda em territórios de baixa renda.

Eles operam com moedas sociais — moedas alternativas, válidas apenas dentro do próprio território — que estimulam o comércio local e evitam a fuga de recursos para grandes centros urbanos.

Esses bancos fazem parte de um sistema mais amplo conhecido como finanças solidárias, composto também por fundos rotativos, cooperativas populares de crédito e sistemas de microcrédito voltados para a economia solidária. De acordo com Fernando Zamban, a ideia é integrar esses mecanismos para estruturar o Sistema Nacional de Finanças Solidárias, e uma das principais ações seria a do pagamento dos benefícios sociais do governo por meio deste modelo financeiro.

Pagamento do Bolsa Família com moeda social

O Bolsa Família já possui respaldo legal para esse tipo de operação. A legislação permite que a Caixa Econômica Federal utilize os chamados "arranjos locais de pagamento", categoria que inclui os bancos comunitários. O novo modelo começaria de forma experimental, com uma parcela de municípios selecionados. A intenção é expandir para todas as localidades que já contam com bancos comunitários — hoje, são 182 em todo o país, segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Já existem cerca de 250 mil usuários de moedas sociais e mais de 30 mil estabelecimentos comerciais cadastrados que aceitam esse tipo de pagamento.

Impacto social e econômico

A expectativa é que o pagamento do Bolsa Família via bancos comunitários gere um impacto positivo imediato nas economias locais, aumentando o consumo interno e fortalecendo pequenos comércios. Apenas na Bahia, o programa transfere aproximadamente R\$ 1,6 bilhão por ano.

Segundo Joaquim Melo, presidente da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e fundador do pioneiro Banco Palmas, no Ceará, cerca de R\$ 1 bilhão circularam em moedas sociais no Brasil apenas em 2024. Ele também apresentou a plataforma digital comunitária e-dinheiro, que será integrada ao sistema baiano.

Um exemplo prático desse modelo é o município de Indiaroba, em Sergipe, onde o Banco Popular de Indiaroba opera com a moeda Aratu. Segundo o ex-prefeito da cidade, 321 empreendedores locais já realizaram mais de 64 mil operações financeiras solidárias, com mais de 3.300 contas ativas.

Com informações do site do jornal A Tarde em : Clique na foto abaixo.



Bolsa Família pode ser pago por meio de bancos comunitários | A TARDE

Governo estuda pagar benefícios sociais, como o Bolsa Família, via bancos comunitários com moedas sociais, fortalecendo a economia local e solidária.

 A Tarde / May 12

BALANÇO: 1º FESTIVAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA MOVIMENTA QUASE R\$3,5 MILHÕES EM CINCO DIAS

Nada menos que R\$ 3.345.212,50 milhões foram movimentados durante os cinco dias do Brasil Nordeste - 1º Festival de Economia Popular e Solidária, que aconteceu no Centro de Convenções de Salvador entre 07 e 11 de maio. Mais de 40 mil pessoas circularam nos espaços do evento, que contou com feira, painéis e shows musicais, além de apresentação de manifestações culturais.

O festival foi uma realização do Consórcio Nordeste em parceria com o Governo da Bahia por meio das secretarias do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e Desenvolvimento Econômico (SDE).

Mais de 500 empreendimentos da Bahia (com representação dos 27 Territórios de Identidade) e dos outros oito estados do Nordeste, tiveram a oportunidade de comercializar produtos oriundos da economia solidária como alimentos (chocolates, sorvetes, queijos, carnes), bebidas, artesanato, vestimenta e acessórios diversos. A movimentação financeira representa mais renda distribuída nos Territórios e estados da região.



Foto: Ricardo Filho/Ascom Setre

Painéis – O festival contou com oito painéis cujas apresentações de pesquisas acadêmicas ou ações de iniciativa de administrações públicas ou organizações sociais, geraram documentos síntese os quais devem subsidiar a construção do Plano Estadual de Economia Solidária (86 delegados participaram do debate) e políticas públicas no âmbito do Consórcio Nordeste.

A próxima edição do Festival deve acontecer em outro estado da região, como foi pactuado no âmbito do Consórcio Nordeste, contudo, a Bahia segue realizando seus festivais, de tamanho mais reduzido, mas que demonstram o conjunto da obra da economia solidária desenvolvida em cada território de identidade do estado.

Outras ações – Aproximadamente 90% dos resíduos sólidos gerados durante o festival foram recolhidos e seguiram para rede de cooperativas, oportunizando trabalho e renda para as cooperativas e catadores. Um total de 6 mil refeições foram servidas aos expositores da feira e demais trabalhadores, por meio da rede de alimentação da Economia Solidária.

Com informações do site:



Plataforma de serviços e informações do Estado da Bahia

Plataforma que disponibiliza todos os serviços e notícias do Estado da Bahia em um único lugar, utilizando diferentes...

ba.gov.br

FEIRA TAMOIOS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE 1 ANO

Entre os dias 22 e 23 de maio, o quarteirão fechado da Rua Tamoios, entre Avenida Paraná e Rua Curitiba, no Centro de Belo Horizonte-MG, se encherá de vida com a Edição Especial de Aniversário da Feira Tamoios de Economia Popular Solidária.

A Feira é organizada pelos empreendimentos de Economia Popular e Solidária da região metropolitana de BH, organizados em Fórum, e conta com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, da Superintendência Regional do Trabalho, Providens – Ação Social Arquidiocesana, Cáritas Brasileira, Moradia e Cidadania, Sindicato dos Bancários e outros apoiadores.

A iniciativa tem como objetivo a promoção do comércio justo e solidário e visa ampliar na cidade os espaços de inserção produtiva, promovendo a geração de oportunidades de trabalho e renda para o público beneficiário da política pública de economia popular solidária.

A Feira já beneficiou mais de 400 grupos produtivos constituídos por trabalhadoras e trabalhadores que se organizam dentro dos princípios de solidariedade, cooperação, democracia, autogestão, sustentabilidade e justiça social, colocando o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Todos os produtos e comidas vêm direto das mãos de quem faz, tudo 100% artesanal e as edições contam também com excelentes atrações culturais, que trazem alegria e diversão para o público visitante e cidadãos que circulam pelo Centro da cidade. Das 9h da manhã até às 19h, a Feira Tamoios oferecerá muito artesanato, comida gostosa, roupas, acessórios, plantas, brinquedos, atrações culturais e aquele encontro que aquece o coração. Tem tropeiro, chopp artesanal, acarajé, doces gourmet e até parabéns com bolo de verdade – porque a Feira Tamoios completa 1 ano! As atrações são todas gratuitas.

Mais informações você encontra no Instagram: [@feiratamoios](https://www.instagram.com/feiratamoios)



FIQUEM LIGAD@S: LIVE DA SENAES EM NOVO HORÁRIO

ANOTE NA AGENDA: dia **22 de maio, às 11h**, a Senaes realiza a Live Mensal da secretaria sobre a regulamentação da Lei Paul Singer de Economia Solidária.

A atividade terá a participação de especialistas na área de regulamentação de leis, e será uma oportunidade importante para tirar dúvidas sobre a Lei 15.068/24.

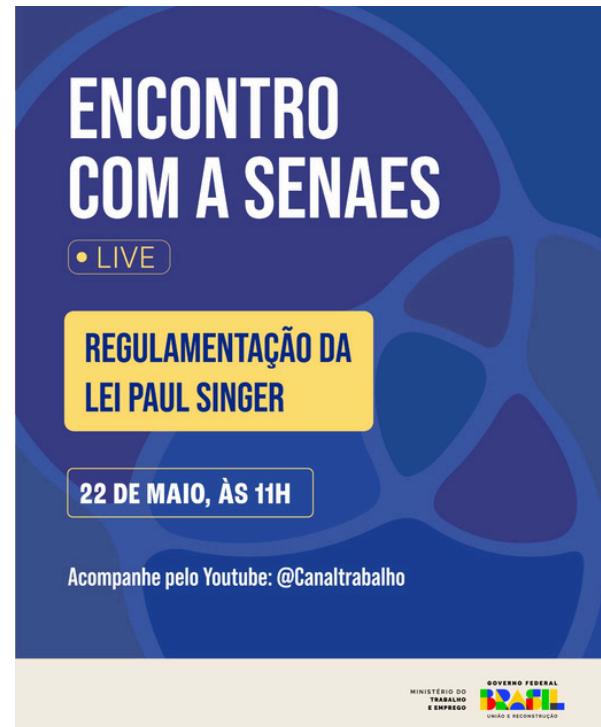
Envie para o e-mail: comunicacao.senaes@trabalho.gov.br suas dúvidas e questões sobre o tema. Participe deste momento com a equipe da Senaes.

CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA COM O BOLETIM SENAES

Com o intuito de aperfeiçoar nossa lista de transmissão e envio do Boletim por mensagem eletrônica, gostaríamos de saber sua experiência em receber nossas notícias.

Mande sua experiência, dúvida, crítica ou sugestão para

comunicação.senaes@trabalho.gov.br
que ficaremos felizes em responder.
Obrigada 😊



MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Para tanto, precisamos que você envie mensagem contando se tem ou já teve dificuldades em receber o Boletim, seja por telefone ou e-mail. Na mesma mensagem você pode nos enviar dúvidas, críticas e sugestões para melhorar nosso informe semanal.

Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicacao.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833